

Resumo executivo

Balanço Preliminar das Economias

da América Latina
e do Caribe **2023**



NAÇÕES UNIDAS

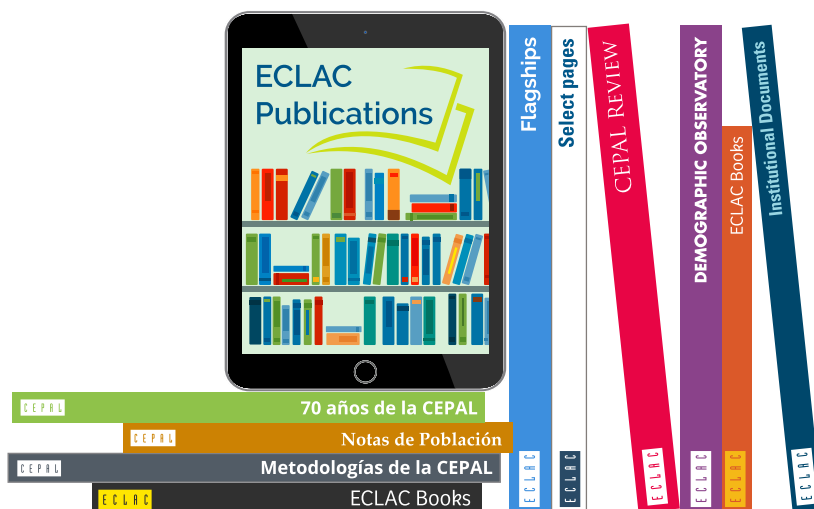
CEPAL



75
anos

Trabalhando por
um futuro produtivo,
inclusivo e sustentável

Thank you for your interest in this ECLAC publication



Please register if you would like to receive information on our editorial products and activities. When you register, you may specify your particular areas of interest and you will gain access to our products in other formats.

[Register](#)



UNITED NATIONS

ECLAC



www.cepal.org/en/publications



www.instagram.com/publicacionesdelacepal



www.facebook.com/publicacionesdelacepal



www.issuu.com/publicacionescepal/stacks



www.cepal.org/es/publicaciones/apps

Resumo executivo

Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe **2023**



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL



Trabalhando por
um futuro produtivo,
inclusivo e sustentável

José Manuel Salazar-Xirinachs

Secretário Executivo

Javier Medina Vásquez

Secretário Executivo Adjunto Interino

Raúl García-BuchacaSecretário Executivo Adjunto
para Administração e Análise de Programas**Daniel Titelman**

Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico

Sally Shaw

Diretora da Divisão de Documentos e Publicações

O *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe* é um documento anual da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A elaboração desta edição 2023 foi chefiada por Daniel Titelman, Diretor da Divisão, e a coordenação geral esteve a cargo de Ramón Pineda Salazar, Oficial Superior de Assuntos Econômicos da mesma Divisão.

Para a elaboração deste documento, a Divisão de Desenvolvimento Econômico contou com a colaboração da Divisão de Estatísticas, da sede sub-regional da CEPAL no México e da sede sub-regional da CEPAL para o Caribe e dos escritórios nacionais da Comissão na Argentina, Bogotá, Brasília, Montevidéu e Washington, D.C.

O relatório foi elaborado com insumos preparados pelos seguintes especialistas: Cecilia Vera e Pablo Carvallo (tendências da economia mundial), Esteban Pérez Caldentey (liquidez global), Cecilia Vera, Pablo Carvallo e Jeanelle Clarke (setor externo), Claudio Aravena e Ramón Pineda Salazar (atividade econômica), Ramón Pineda Salazar, Claudio Aravena, Sonia Albornoz, Tomás Gálvez e Viviana Friedman (emprego e salários), Ramón Pineda Salazar, Temitope Farotimi, Nicolás Sherling e Tomás Gálvez (preços), Noel Pérez Benítez, Michael Hanni, Patricia Weng e Ivonne González (política fiscal), Francisco Villarreal, Alejandra Acevedo, Christine Carton e Francis Peñaloza (políticas monetária, cambial e macroprudencial), Cecilia Vera, Pablo Carvallo e Patricia Weng (projeções econômicas), com a colaboração das sedes sub-regionais e dos escritórios nacionais da CEPAL. Tomás Gálvez e Sonia Albornoz coordenam a elaboração do anexo estatístico em colaboração com Alejandra Acevedo, Claudio Aravena, Christine Carton, Pablo Carvallo, Ivonne González, Michael Hanni, Francis Peñaloza e Nicolás Sherling.

As notas sobre os países foram preparadas pelos seguintes especialistas: Alejandra Acevedo, Sonia Albornoz, Dillon Alleyne, Anahí Amar, Claudio Aravena, Christine Carton, Pablo Carvallo, Martín Cherkasky, Georgina Cipoletta, Jeanelle Clarke, Robson Dias, Lia Fain, Temitope Farotimi, Viviana Friedman, Tomás Gálvez, A. Randolph Gilbert, Enrique González, Michael Hanni, Michael Hendrickson, Álvaro Lalanne, Jesús López, Carlos Mussi, Roberto Orozco, Ramón Padilla, Machel Pantin, Francis Peñaloza, Juan Pérez, Noel Pérez Benítez, Esteban Pérez Caldentey, Ramón Pineda Salazar, José Porcile, Juan Carlos Rivas, Indira Romero, Julio Rosado, Jesús Santamaría, Nicolás Sherling, Nyasha Skerrette, Cecilia Vera, Francisco Villarreal e Patricia Weng.

As Nações Unidas e os países que representam não são responsáveis pelo conteúdo de vínculos a sites externos incluídos nesta publicação.

Publicação das Nações Unidas

LC/PUB.2023/23 • Distribuição: G • Copyright © Nações Unidas, 2024 • Todos os direitos reservados

Impresso nas Nações Unidas, Santiago • S.23-01114

Notas explicativas:

Os três pontos indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.

O travessão indica que a quantidade é nula ou desprezível.

A vírgula é usada para separar os decimais.

A palavra "dólares" refere-se a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.

A barra colocada entre cifras que expressam anos (por exemplo, 2022/2023) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.

Devido a que às vezes se arredondam as cifras, os dados e as percentagens apresentados nos elementos gráficos nem sempre somam o total correspondente.

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe, 2023. Resumo executivo* (LC/PUB.2023/23), Santiago, 2024.

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Solicita-se apenas que mencionem a fonte e informem à CEPAL tal reprodução.

Resumo executivo

Mantém-se a desaceleração da atividade econômica e do comércio mundial	5
A inflação diminui no mundo, mas não ocorrem mudanças significativas na política monetária dos principais bancos centrais	6
Apesar de terem aumentado recentemente, as emissões de dívida das economias da região nos mercados internacionais estão em níveis históricos mínimos	7
Melhora o saldo da conta corrente da região	7
O contexto financeiro mundial condiciona o espaço da política fiscal na região	8
As autoridades monetárias da região começaram a reduzir as taxas de juros, embora de forma condicionada à evolução da inflação subjacente e à dinâmica da taxa de câmbio	8
Em 2023 os bancos centrais da região implementaram estratégias destinadas a reconstituir o nível de reservas internacionais	9
Perspectivas econômicas para a América Latina e o Caribe em 2023 e 2024	10
Estratégias para a ampliação do espaço de políticas nas economias da região	12

De acordo com os dados apresentados no Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe 2023, a atividade econômica da América Latina e do Caribe continua exibindo uma trajetória de baixo crescimento. Todas as sub-regiões registraram um crescimento menor em 2023 em relação a 2022. Para 2024, espera-se uma taxa de crescimento inferior à observada em 2023, o que acentuará a dinâmica de desaceleração do crescimento do PIB e da criação de empregos.

A economia mundial continua apresentando escasso dinamismo no que diz respeito à taxa de crescimento do PIB e do comércio. Embora a inflação tenha diminuído no mundo, as taxas de juros das principais economias desenvolvidas não diminuíram, motivo pelo qual os custos de financiamento se mantiveram em níveis elevados por todo o ano e se espera que continuem assim durante os próximos anos.

Os espaços de política fiscal e monetária continuam sendo limitados nos países da região. Os níveis de dívida soberana, embora tenham diminuído, ainda são muito elevados, o que, somado ao aumento do custo do financiamento externo e interno, restringe o espaço fiscal. No âmbito monetário, a inflação continua baixa, mas a política monetária ainda mantém um viés restritivo, devido aos efeitos que a redução das taxas poderia ter sobre os fluxos de capital e a taxa de câmbio, considerando que nos países desenvolvidos as taxas de juros continuam altas.

Mantém-se a desaceleração da atividade econômica e do comércio mundial

Espera-se que a economia mundial experimente um crescimento de 3% em 2023 e de 2,9% em 2024, estimativas que continuam abaixo da média histórica de 3,8% observada entre 2000 e 2019. Quanto às economias avançadas, espera-se uma desaceleração do crescimento de 2,6% em 2022 para 1,5% em 2023 e 1,4% em 2024, num contexto marcado por um desempenho melhor que o projetado para meados do ano no caso dos Estados Unidos, mas ainda pior do que o previsto no caso da União Europeia (primeiro e terceiro parceiro comercial da região, respectivamente). No que diz respeito às economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, prevê-se que seu crescimento registrará uma leve diminuição, ao passar de 4,1% em 2022 para 4% tanto em 2023 como em 2024. Neste grupo, o crescimento da China, o segundo parceiro comercial da região, foi rebaixado em relação à projeção de meados do ano, dada a continuidade da crise do setor imobiliário e de suas implicações para o resto da economia. Portanto, espera-se um crescimento de 5% em 2023 e de 4,2% em 2024, dois e três décimos, respectivamente, abaixo do prognosticado em julho passado, ainda que muito acima do crescimento de 2022 (3%), quando a economia sofria os efeitos das políticas de “COVID zero”.

Em conformidade com a desaceleração da atividade econômica geral prevista, o volume de comércio mundial também mostraria um crescimento baixo. A demanda de importações foi afetada pela alta dos custos de endividamento em várias economias avançadas, o que, junto com a crise do setor imobiliário chinês e as crescentes tensões geopolíticas, afetou o comércio internacional. Para 2024, espera-se uma recuperação desse comércio.

Quanto aos preços das matérias-primas, os preços dos bens não energéticos mantiveram durante este ano a tendência decrescente que vinha sendo observada desde a segunda metade de 2022. Em contraste, os bens energéticos, especialmente o petróleo, experimentaram um aumento desde a metade do ano como resposta aos cortes de abastecimento da Organização de Países Exportadores de Petróleo Plus (OPEP+). Apesar deste aumento, espera-se que este ano os preços dos bens energéticos fiquem 21% abaixo dos níveis médios vigentes em 2022 e se estima que os preços dos produtos básicos serão em média 11% menores que os vigentes nesse ano. Isto se deve não só à alta base de comparação de 2022 (quando, após a invasão da Ucrânia pela Federação da Rússia no início desse ano, alguns preços de bens primários alcançaram níveis históricos), mas também à desaceleração da atividade econômica mundial.

Para 2024, preveem-se variações de menor magnitude na maioria dos casos e, em média, espera-se que os níveis de preços sejam 1% menores que os vigentes este ano. Cabe destacar que, apesar das diminuições de preços registradas este ano e das projetadas para o próximo, em 2024 os preços dos produtos básicos continuariam mais de 30% acima dos níveis médios de 2019, antes do início da pandemia de COVID-19.

A inflação diminui no mundo, mas não ocorrem mudanças significativas na política monetária dos principais bancos centrais

A pressão dos preços no mundo foi moderada, mas os principais bancos centrais ainda mantêm políticas monetárias restritivas, enquanto os níveis de inflação permanecem acima das metas. A queda dos preços dos produtos básicos desde meados de 2022 foi um dos principais fatores que explicam a redução da inflação, junto com a normalização das pressões nas cadeias de abastecimento. Espera-se que a inflação média mundial diminua de 8,7% em 2022 para 6,9% em 2023 e 5,8% em 2024, cifra que ainda se situa acima da média dos 3,6% registrados na década anterior à pandemia (2010-2019).

No âmbito financeiro, embora que a volatilidade financeira mundial tenha sido, em média, menor este ano em comparação com 2022, as condições de financiamento continuam significativamente restritivas se considerarmos os indicadores que incorporam os custos de acesso. De fato, o nível atual de restrição não se via desde a crise financeira mundial de 2008-2009. O endurecimento das condições financeiras reflete a contração da liquidez mundial em 2023, produzido de maneira simultânea nos Estados Unidos, na zona do euro e no Reino Unido, algo que poucas vezes havia sido observado antes. A evolução da liquidez responde não só às operações de mercado aberto, que constituiu o principal instrumento para o controle do nível das reservas do sistema financeiro, mas também à política monetária não convencional, implementada através da gestão do balanço. A partir de 2022, no caso da Reserva Federal dos Estados Unidos, e de 2023, no do Banco Central Europeu (BCE) e do Banco da Inglaterra, as políticas de expansão quantitativa deu lugar à execução de políticas de restrição quantitativa.

Em consonância com esta postura monetária, as taxas de política monetária dos Estados Unidos, do Reino Unido e dos países da zona do euro alcançaram níveis que não haviam sido registrados em aproximadamente duas décadas. Os bancos centrais desses países decidiram manter os níveis atuais das taxas de juros de curto prazo durante um período maior do que em ocasiões anteriores a fim de que a taxa de inflação convirja de maneira definitiva para a meta estabelecida. A restrição da liquidez também teve grande incidência nas taxas de juros de longo prazo, as quais aumentaram junto com as taxas de curto prazo, que se encontram em seu nível mais elevado desde 2007.

A elevação das taxas de juros de curto e longo prazo enfraqueceu o balanço dos bancos comerciais, o que se refletiu, em parte, em uma diminuição do crédito ao setor produtivo e também encareceu o custo do endividamento para esse setor. Esta situação se traduziu em aumento das falências no setor empresarial dos Estados Unidos e Europa.

Em um contexto financeiro mais restritivo, o nível da dívida mundial aumentou até alcançar uma máxima histórica, especialmente nas economias desenvolvidas. Isto, por sua vez, contribuiu para aumentar o custo do endividamento para os países em desenvolvimento, inclusive os da América Latina e do Caribe. De fato, o serviço da dívida nas economias tanto emergentes como em desenvolvimento está em seu nível mais elevado desde 2010. Mais importante ainda é o fato de que o alto custo de financiamento da dívida aumentou o risco de suspensão de pagamentos em vários países em desenvolvimento.

Por sua vez, os fluxos de capitais para os mercados emergentes continuam em níveis baixos na comparação histórica. De fato, nos últimos três meses até outubro observaram-se saídas líquidas de fluxos de capitais de carteira dos mercados emergentes, o que coincide com uma maior demanda de dólares e uma valorização dessa moeda no mundo.

Apesar de terem aumentado recentemente, as emissões de dívida das economias da região nos mercados internacionais estão em níveis históricos mínimos

Nos três primeiros trimestres de 2023, as emissões de dívida da América Latina e do Caribe em mercados internacionais, que alcançaram 76,276 bilhões de dólares, mostraram um crescimento de 31% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta alta significativa responde ao fato de que 2022 constitui uma base de comparação muito baixa. A taxa média das emissões soberanas em dólares chegou a 6,3% em 2023, muito acima do mínimo de 3,6% registrado em 2021. Destaca-se a relevância cada vez maior das emissões temáticas, vinculadas a objetivos ambientais, sociais ou de gênero, já que sua participação cresceu de maneira sustentada nos últimos anos. Em 2023 representaram 39% do total, sendo que a maioria correspondeu a emissões soberanas.

O risco soberano se manteve estável durante o ano, em concordância com a menor volatilidade financeira observada mundialmente. Em 31 de outubro de 2023, o risco soberano da América Latina chegou aos 410 pontos básicos, medido pelo índice de títulos de mercados emergentes EMBI global diversificado (EMBIGD) de J. P. Morgan. Praticamente não mostrou variação em relação ao fim de 2022 e os níveis mais elevados foram registradas em março, durante as semanas de incerteza provocada pelas dificuldades bancárias nos Estados Unidos e na Suíça.

Melhora o saldo da conta corrente da região

A conta corrente do balanço de pagamentos da América Latina fechou 2023 com um déficit de 1,4% do PIB, o que constitui uma melhoria em relação ao ano anterior, quando se registrou um déficit de 2,6% do PIB. Este resultado é explicado pela melhoria da balança de bens, que se tornou superavitária, e pela diminuição do déficit dos serviços e das rendas, enquanto a balança de transferências correntes se manteve estável. O valor das exportações de bens diminuiu 1% em 2023, devido a uma queda dos preços que não foi compensada pelo aumento do volume exportado. Por outro lado, o valor das importações de bens diminuiu em maior medida (cerca de 6%), como resultado da redução tanto do volume como do preço dos bens importados. Devido a essa dinâmica, estima-se que neste ano a balança de bens mostrará um superávit equivalente a 0,6% do PIB.

Os termos de troca da América Latina sofreram uma queda de 2,6% em 2023, devido a que, segundo as previsões, o preço das exportações caiu 5%, enquanto o preço das importações diminuiu 3%. Na América do Sul, os termos de troca caíram 4,4%, já que se trata de uma sub-região cujos países são principalmente exportadores de alimentos, minerais e energia, itens cujos preços diminuíram neste ano. Na América Central, pelo contrário, o efeito seria positivo, já que os países desta sub-região são importadores líquidos desses produtos, projetando-se uma leve alta dos termos de troca (0,9%).

O contexto financeiro mundial condiciona o espaço da política fiscal na região

No âmbito fiscal, o ambiente macrofinanceiro mais complexo observado durante 2023 dificultou a gestão da política fiscal nas economias da região. A desaceleração da atividade econômica e a diminuição dos preços internacionais dos recursos naturais não renováveis afetaram a receita pública, particularmente a arrecadação tributária. Por outro lado, mantêm-se as pressões sobre o gasto público. Ao mesmo tempo, as elevadas taxas de juros nos mercados financeiros tanto internacionais como internos resultaram em um aumento do pagamento de juros. Destaca-se, neste sentido, o gasto com o pagamento de juros sobre a dívida externa, inclusive a contratada com credores multilaterais.

Neste contexto, as projeções oficiais dos países fazem prever que o gasto total tenha aumentado levemente na América Latina em 2023, interrompendo a tendência decrescente registrada tanto em 2021 como em 2022. Consequentemente, projeta-se que o balanço fiscal apresentaria um déficit global maior em 2023 e que o resultado primário se tornaria deficitário, depois de haver registrado um superávit em 2022. No Caribe, o superávit primário aumentaria, devido à contração no gasto primário. No entanto, prevê-se que aumentarão os pagamentos de juros.

A atual deterioração do contexto macrofinanceiro mundial gerou pressões sobre o endividamento público nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, entre as quais se inclui a América Latina e o Caribe. Embora em setembro de 2023 se observasse uma diminuição da dívida pública, esta se mantém em níveis elevados, o que, somado ao aumento das taxas de juros tanto internas como internacionais e à queda que a receita tributária deve sofrer, permite prever uma redução do espaço fiscal no conjunto da região.

As autoridades monetárias da região começaram a reduzir as taxas de juros, embora de forma condicionada à evolução da inflação subjacente e à dinâmica da taxa de câmbio

A inflação continuou retrocedendo na grande maioria das economias da região a partir de junho de 2022 e essa tendência se manteve em 2023. Consequentemente, em setembro de 2023 a média da inflação regional era de 4,4%, o que representa uma queda de 4,2 pontos percentuais em relação à média regional de setembro de 2022.

Ante a redução das taxas de juros, as autoridades monetárias da região revisaram para baixo, de maneira cautelosa, as taxas de referência da política monetária. A cautela no relaxamento da postura de política monetária obedece, por um lado, à persistência da inflação subjacente, que no caso de países como México reflete a evolução dos preços dos serviços, que foi impulsionada pelo dinamismo do mercado de trabalho, assim como por considerações acerca do possível efeito da redução dos diferenciais de taxa em relação às taxas vigentes em países avançados na taxa de câmbio e nos fluxos de capitais. A isso se somam considerações sobre a incerteza provocada pela situação geopolítica mundial (e o risco que representa para os preços da energia) e os efeitos do fenômeno El Niño sobre a oferta de alimentos.

Como resultado da postura ainda restritiva da política monetária na região e o consequente aumento das taxas de juros bancárias, o crescimento do crédito interno líquido continuou a se desacelerar em termos nominais em 2023. Depois de uma pausa entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2023 devido

à turbulência financeira nos países desenvolvidos em março de 2023, a desaceleração do crédito interno líquido se agravou. Ainda que a captação nacional seja a principal fonte de financiamento da maioria dos sistemas financeiros da região, essa turbulência aumentou a incerteza, o que se traduziu em aumentos das posições de liquidez dos bancos regionais, enquanto se elevaram os riscos de saída de capital e de ajustes abruptos do preço dos ativos.

No âmbito cambial, apesar da valorização internacional do dólar, até o segundo trimestre de 2023 as moedas da América Latina mostraram uma tendência à valorização no caso dos países com metas de inflação e redução do ritmo de desvalorização no caso dos países com metas de taxa de câmbio e de agregados monetários, assim como em países com inflação crônica. Estes movimentos se reverteram no terceiro trimestre de 2023. O aumento da taxa de câmbio observado no terceiro trimestre nas economias que seguem metas de inflação é explicado pela diminuição das respectivas taxas de política monetária, o que diminuiu o diferencial das taxas de juros em relação à taxa de juros dos Estados Unidos.

Em termos gerais, até o segundo trimestre de 2023 a taxa de câmbio nominal da região apresentou uma volatilidade menor do que a registrada em 2022, comportamento observado na maioria dos países. Na análise trimestral, observa-se que a volatilidade da taxa de câmbio nominal na América Latina e no Caribe mostrou uma redução desde o terceiro trimestre de 2022 até o segundo trimestre de 2023. Contudo, a partir do terceiro trimestre de 2023 a volatilidade cambial começou a aumentar, sendo maior nos países que seguem metas de inflação, dado que a maioria deles conta com políticas de taxa de câmbio flexível ou com políticas de taxa de câmbio intermediária. Apesar do aumento recente da volatilidade da taxa de câmbio nos países que têm metas de taxa de câmbio e de agregados monetários, o nível de volatilidade é inferior aos máximos alcançados em 2020, durante a pandemia.

Em 2023 os bancos centrais da região implementaram estratégias destinadas a reconstituir o nível de reservas internacionais

Durante 2023 a dinâmica cambial foi acompanhada pelo aumento das reservas internacionais, em contraste com a tendência observada em 2022. O saldo acumulado foi de 880 bilhões de dólares em setembro de 2023, como resultado de uma variação positiva de 9,521 bilhões de dólares em relação ao montante registrado em dezembro de 2022. Deste modo, o processo de acumulação em 2023 permitiu manter um nível de reservas internacionais superior à média registrada entre 2018 e 2019 (873 bilhões de dólares). Essa evolução se inscreve em uma tendência de mais longo prazo, já que as reservas internacionais acumuladas pelas economias quase duplicaram na última década, chegando a representar 14% do PIB regional em 2022.

No contexto atual de elevada incerteza a respeito do aumento dos preços internacionais dos combustíveis, condições financeiras ainda restritivas e moderada atividade econômica no mundo, junto com a escalada das tensões geopolíticas e intensificação dos impactos climáticos, as autoridades monetárias da região continuam enfrentando importantes desafios na gestão das reservas internacionais, um âmbito em que atualmente predominam os riscos cambiais, de liquidez e de mercado. Sob essa óptica, sobressai a necessidade de preservar o valor dos ativos em moeda estrangeira, com alta predominância do dólar, em um ambiente de inflação mundial, altas taxas de juros e maiores rendimentos dos títulos soberanos, pondo à prova as estratégias de diversificação da carteira de reservas, tanto em termos de composição de divisas como de diversos segmentos de liquidez e investimento.

Perspectivas econômicas para a América Latina e o Caribe em 2023 e 2024

Em 2023, a América Latina e o Caribe continuaram em uma trajetória de baixo crescimento da atividade econômica, com uma taxa de variação anual do PIB estimada em 2,2%. Todas as sub-regiões mostram em 2023 um crescimento menor em relação a 2022: a América do Sul cresceu 1,5% (3,8% em 2022), o grupo formado pela América Central e México 3,5% (4,1% em 2022) e o Caribe (excluindo a Guiana) 3,4% (6,4% em 2022).

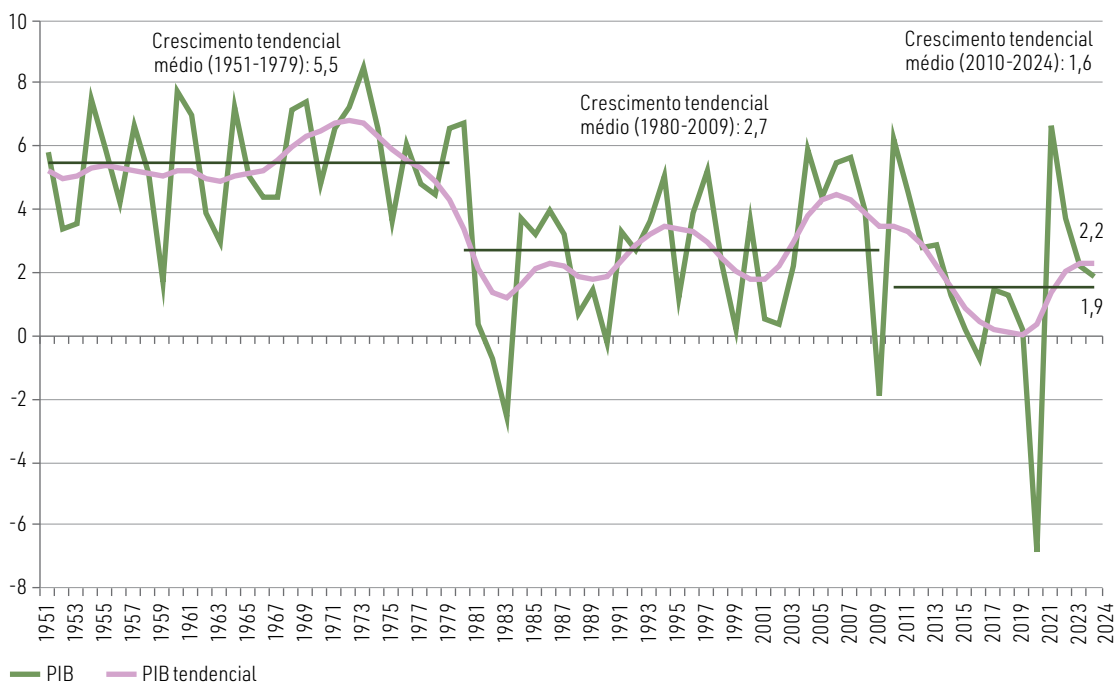
Em 2024 espera-se que a taxa de crescimento do PIB seja de 1,9% para a América Latina e o Caribe em média, mantendo-se a dinâmica de baixo crescimento. Todas as sub-regiões cresceriam menos do que em 2023: a América do Sul cresceria 1,4%, a América Central e o México 2,7% e o Caribe 2,6% (excluindo a Guiana).

Essas projeções ocorrem num momento em que os países da região enfrentam um limitado espaço de política, tanto fiscal como monetária, e um limitado impulso a partir do contexto internacional.

O baixo crescimento esperado para as economias da região em 2023 e 2024 não é somente um problema conjuntural, mas reflete a queda que se vem observando na taxa de crescimento tendencial do PIB regional. Enquanto no período 1951-1979 o PIB tendencial cresceu a uma taxa média de mais de 5% ao ano, no período 1980-2009 o fez a uma taxa média de menos de 3% ao ano e no período 2010-2024 a uma taxa média de 1,6% (veja o gráfico 1).

Gráfico 1

América Latina e Caribe: taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) e do PIB tendencial, 1951-2024
(Em percentagens, com base em dólares constantes de 2018)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

Nota: Utilizou-se o filtro de Hodrick-Prescott para calcular o PIB tendencial.

A forte contração que a crise econômica provocada pela pandemia de COVID-19 causou nas economias da região levou a um importante retrocesso do PIB *per capita* regional, que vinha diminuindo ou estava estagnado desde 2015. A crise apenas aprofundou a queda. De acordo com as projeções mostradas neste relatório, somente em 2023 o PIB *per capita* regional será igual ao do período 2013-2014.

Gráfico 2

América Latina e Caribe: produto interno bruto *per capita*, 2013-2024
(Em dólares constantes de 2018)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais.

Nesse contexto de baixo crescimento econômico, espaço restrito para as políticas macroeconômicas e um setor externo pouco dinamizador, as economias da América Latina e do Caribe também mostram desaceleração da capacidade de criar empregos e estima-se que no fim de 2023 o número de ocupados terá crescido 1,4%, o que supõe uma redução de 4 pontos percentuais em relação aos 5,4% registrados em 2022. Essa menor criação de empregos continuará em 2024, ano no qual se projeta que o número de ocupados crescerá 1,0%. Cabe destacar que durante 2023 o baixo ritmo de criação de postos de trabalho foi acompanhado de aumento do número de pessoas inativas (1,8%) em relação aos níveis observados em 2022, o que contrasta com a redução que esta variável experimentou em 2021 e 2022, com quedas interanuais no número de pessoas inativas de 5,9% e 1,5%, respectivamente. Este comportamento do número de pessoas que não estão trabalhando nem buscando trabalho ativamente se expressou em uma queda na taxa de participação regional, que se estima passará de 62,7% em 2022 para 62,5% em 2023 e 62,6% em 2024. Essas dinâmicas na ocupação e na inatividade laboral redundaram em uma nova redução da taxa de desocupação regional, estimada em 6,5% em 2023 e 6,9% em 2024.

Por sua vez, a ocupação informal na região em 2023 se manteve em níveis próximos de 48% e não se esperam mudanças significativas nesta variável em 2024, sobretudo se a inatividade laboral aumentar novamente. A dinâmica dos mercados de trabalho no primeiro semestre de 2023 e as estimativas para o resto deste ano e para o próximo indicam que persistirão amplas disparidades de gênero em indicadores como a taxa de desocupação e a participação, embora estas tenham diminuído. Assim, enquanto se estima que em 2023 a taxa de desocupação dos homens tenha sido de 5,5%, a das mulheres seria de 8,0%, uma diferença de 2,5 pontos percentuais. No que se refere à participação

no mercado de trabalho, estima-se que em 2023 a participação dos homens tenha sido de 74,1% e a das mulheres de 51,9%, uma diferença de 22,2 pontos percentuais, enquanto em 2024 as taxas de participação seriam de 74,2% para os homens e 52,3% para as mulheres.

Estratégias para a ampliação do espaço de políticas nas economias da região

As economias da região têm um espaço fiscal reduzido para abordar os múltiplos desafios que os países enfrentam. A desaceleração do crescimento econômico põe em primeiro plano a persistência das deficiências estruturais que caracterizam a região, como o baixo nível de investimento público e privado, baixa produtividade, predominância da economia informal e desenvolvimento insuficiente do capital humano.

A isto se soma o desafio da mudança climática, à qual a região é altamente vulnerável. A transição para economias de baixo carbono e a adaptação à mudança climática requerem um impulso em grande escala do investimento. A mudança na matriz energética e a adoção de novas tecnologias devem ser aproveitadas para promover o crescimento econômico e fomentar a formalização da economia. O investimento público em infraestrutura resiliente deve se traduzir em um acervo de capital público capaz de prover os serviços econômicos necessários para promover a criação de economias dinâmicas e competitivas. Não obstante, as necessidades de investimento são imensas e superam as capacidades macrofiscais atuais para satisfazê-las¹.

Neste sentido, é fundamental para as economias da região assentar as bases de um marco de sustentabilidade das finanças públicas, concentrado no aumento da receita fiscal permanente para atender as necessidades de bem-estar, investimento e sustentabilidade ambiental através de um gasto público mais eficiente e eficaz. Isto exigirá o aumento tanto do nível de arrecadação tributária como de sua progressividade e capacidade de reduzir as desigualdades de renda e riqueza. Além disso, será necessária uma estratégia de fortalecimento da institucionalidade fiscal que contribua para melhorar a gestão do ciclo econômico e alocar estrategicamente recursos públicos para dinamizar o crescimento econômico de forma sustentada e sustentável.

Este marco de sustentabilidade fiscal deve aproveitar os espaços para fortalecer a receita. Um deles é a necessidade de impulsionar medidas para reduzir o elevado nível de evasão tributária. A evasão fiscal na América Latina representou 325 bilhões de dólares (6,1% do PIB regional) em 2018. A revisão dos gastos tributários também oferece espaços para fortalecer a receita pública. Em 2021, os gastos tributários na América Latina registraram uma média de 3,7% do PIB, representando 19% dos gastos orçamentários do governo central.

Além disso, será necessário forjar acordos que permitam fortalecer a arrecadação do imposto sobre a renda das pessoas físicas, que representa a principal lacuna tributária entre a região e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Também será importante estender o alcance dos impostos sobre o patrimônio e a propriedade, bem como considerar a implementação de impostos ambientais e relacionados com problemas de saúde pública. No caso dos países produtores de recursos naturais não renováveis, os marcos fiscais aplicados ao setor extrativo poderiam ser revisados e atualizados para torná-los mais progressivos.

De forma complementar, a política de gasto público deve ser orientada estrategicamente para melhorar sua eficácia na redução de lacunas sociais e impulsionar o potencial de crescimento da economia, priorizando ações com alto rendimento econômico, social e ambiental. Nesse sentido, a

¹ Veja Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2023* (LC/PUB.2023/11 -P/Rev.1), Santiago, 2023.

política de gasto público deve ser orientada tanto para atender as necessidades conjunturais, como para impulsionar o desenvolvimento produtivo, sustentável e inclusivo no médio e longo prazo.

Por outro lado, as autoridades monetárias da região devem utilizar uma ampla gama de instrumentos de política para cumprir seus respectivos mandatos. Permanecem os riscos financeiros no âmbito mundial em meio a uma grande incerteza em relação à duração e magnitude da postura restritiva das políticas monetárias nas economias desenvolvidas, persistência da inflação e perspectivas sobre o crescimento da atividade econômica e do comércio mundial. A isto se acrescentam novas fontes de riscos, vinculadas particularmente às tensões geopolíticas, que poderiam redundar em novo aumento dos preços dos produtos básicos e intensificação da fragmentação do comércio internacional, com dificuldades nas cadeias mundiais de abastecimento e consequências em termos de inflação. Além disso, a frequência dos fenômenos climáticos extremos e seus efeitos adversos exercem pressões adicionais nos preços dos produtos agrícolas.

Neste cenário, as vulnerabilidades dos sistemas financeiros da região e a possível acumulação de riscos sistêmicos, inclusive novas mudanças estruturais vinculadas à mitigação e adaptação à mudança climática e ao auge dos criptoativos, representam desafios prementes que as autoridades monetárias da região enfrentam para preservar a estabilidade macrofinanceira e sustentar a atividade econômica. Em consequência, a política macroprudencial constitui uma ferramenta importante para apoiar a atuação das políticas monetária e cambial frente à materialização de eventuais choques externos e movimentos repentinos de capital. Assim, o desafio para as autoridades monetárias consiste em encontrar os mecanismos que permitam articular o uso das múltiplas ferramentas de política monetária, cambial e prudencial disponíveis para cumprir os mandatos de estabilidade dos preços e do sistema financeiro, procurando minorar os efeitos nas condições de vida das famílias e na capacidade produtiva das empresas.



Figura indígena que, entre outras representações, os povos do continente americano plasmam em seu artesanato, atividade vital de sua cultura e economia.

Baixo-relevo no caracol do edifício da sede da CEPAL em Santiago.

www.cepal.org

O *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe, 2023* mostra que a atividade econômica da América Latina e do Caribe continua em uma trajetória de baixo crescimento. Em 2023 todas as sub-regiões cresceram menos do que em 2022. Para 2024 prevê-se uma taxa de crescimento menor do que a observada em 2023, acentuando-se a dinâmica de desaceleração do crescimento do PIB e da criação de empregos. Enfatiza-se que o baixo crescimento em 2023 e 2024 não é apenas um problema conjuntural, mas reflete a queda da taxa de crescimento tendencial do PIB regional.

Como assinala o relatório, a região enfrenta múltiplos desafios para dinamizar o crescimento no curto prazo. A economia mundial continua mostrando baixo dinamismo da taxa de crescimento do PIB e do comércio. Os espaços para a política fiscal e monetária continuam muito limitados na região. Neste contexto, argumenta-se que é essencial contar com políticas macroeconômicas para incentivar e facilitar um maior investimento a fim de criar resiliência à mudança climática e fortalecer a capacidade de crescimento da região.

CEPAL

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)
www.cepal.org

